



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
COM ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO**

ANA JACQUELINE NUNES

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO
DECASO NA COMUNIDADE DE LAGINHA/CONGO-PB**

SUMÉ PB

2017

ANA JACQUELINE NUNES

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO
DECASO NA COMUNIDADE DE LAGINHA/CONGO-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como requisito para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos

SUMÉ PB

2017

ANA JACQUELINE NUNES

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO NA
COMUNIDADE DE LAGINHA/CONGO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano da Universidade Federal de Campina Grande Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Especialista, defendido e aprovado pela banca examinadora constituída pelos docentes:

Aprovado em: ____ / ____ / 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos (IUEES - UFCG)
(Orientadora)

Profa. Adriana de Fátima Meira Vital (CDSA - UFCG)

Prof. Mário Henrique Guedes Ladosky (CH - UFCG)

SUMÉ/PB

2017

Dedico este trabalho:

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente em todas as horas.

Aos Mestres:

Meu reconhecimento sincero e eterno por tudo que destes de vós para a nossa formação profissional.

Aos meus avôs:

Maternos, “In Memoriam”, pois sem eles este trabalho e muitos dos meus sonhos não se realizariam, pessoas a quem devo muito do que sou hoje.

A minha mãe:

A quem devo por este momento. De você recebi o dom mais precioso do Universo: a Vida. Revesti-me de amor, carinho e dedicação e, hoje, final do curso, procuro entre as palavras aquela que gostaria que seu coração ouvisse do meu, e só encontro um simples e sincero obrigada.

Aos meus sobrinhos por fazerem parte da minha vida.

E de modo especial a minha orientadora Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos pela paciência, dedicação e contribuição para o término dessa minha caminhada.

Aos colegas

Pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão com amigos nesses espaços foram a melhor experiência da minha formação acadêmica.

A Deus

“Que me presenteou com a vida, a liberdade, abençoou-me com a inteligência, deu-me a graça de lutar e vencer mais uma etapa em minha vida. Tudo é dom de Deus, mesmo as coisas mais pequeninas, e é o conjunto desses presentes que fazem uma vida, bela ou sombria, segundo a maneira de utilizá-las. É preciso saber dizer sempre: MUITO OBRIGADA, MEU DEUS”.

RESUMO

Atualmente, vivemos em uma realidade na qual dois terços da população habitam em situação de pobreza, isso significa pessoas vivendo em locais de risco, onde o acesso ao trabalho e a geração de renda torna-se difícil, o que leva muitas pessoas a não ter acesso aos direitos básicos como: educação, saúde, esporte e lazer. Neste sentido, a temática em discussão neste trabalho centra-se no entendimento de como a Economia Solidária pode auxiliar no desenvolvimento social e econômico de uma localidade. A Economia Solidária tem como proposta a organização do trabalho promovendo de forma alternativa a geração de trabalho e renda, assim como a inclusão social. Propondo um jeito diferente de produzir, comprar, vender e trocar, sem que uma das partes tire vantagem da outra, isto é, exercitando práticas contrárias as do sistema capitalista, o qual promove cada vez mais desigualdades sociais, competição, exploração da mão-de-obra, entre outras. Como observamos no decorrer da pesquisa, o empreendimento solidário analisado apresentará pontos positivos para a viabilização do desenvolvimento local, a saber: a união, a coragem, a divisão do trabalho e das sobras de produção, a mobilização, o compromisso, etc. Estas características são essenciais para que, de forma solidária, se promova o desenvolvimento local de uma comunidade. O presente trabalho tem como objetivo principal investigar o papel da Associação dos Pescadores e Agricultores do Congo (ASPAC) para o desenvolvimento pessoal, social e local da comunidade Laginha, o estudo se deu por meio de observação direta e entrevista semi-estruturada. A partir dos resultados obtidos através da pesquisa realizada com o empreendimento solidário da comunidade Laginha, localizada no município de Congo, no Estado da Paraíba, evidencia-se características que podem ser consideradas como viabilizadoras da promoção do desenvolvimento local, tendo em vista que a população conhece bem o local em que vive, as necessidades e anseios de melhorar as condições de vida na sua localidade, os fundamentos necessários para a cooperação, a solidariedade, o comprometimento entre os associados, tornando-se mecanismos fundamentais para o desenvolvimento, facilitando a participação e a construção de um processo coletivo junto à sociedade. Este trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: Fundamentação Teórica, a qual aborda conteúdos referentes a História e Proposta da Economia Solidária, Economia Solidária como Estratégia de Sobrevivência, Economia Solidária e Desenvolvimento Local, Associativismo: Contribuição para o Desenvolvimento Local; Metodologia, que descreve o passo a passo da pesquisa; Análise e Discussões dos Resultados, trazendo análises das falas dos entrevistados à luz do referencial teórico levantado; Considerações Finais, a qual faz o encerramento mostrando as conclusões obtidas mediante a realização do trabalho. Disponibilizamos ainda o roteiro da entrevista e registros do local estudado em anexo.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária, Associativismo, Desenvolvimento Social e Local.

ABSTRACT

Currently, we live in a reality in which two thirds of the population live in a situation of poverty, this means people living in risky places, where access to work and income generation becomes difficult, which leads many people to not have access to basic rights such as: education, health, sport and leisure. In this sense, the theme under discussion in this work focuses on understanding how the Solidarity Economy can assist in the social and economic development of a location. The Solidarity Economy proposes the organization of work, alternatively promoting the generation of work and income, as well as social inclusion. Proposing a different way of producing, buying, selling and exchanging, without one party taking advantage of the other, that is, exercising practices contrary to those of the capitalist system, which increasingly promotes social inequalities, competition, exploitation of labor -work, among others. As we observed during the research, the solidarity enterprise analyzed will present positive points for enabling local development, namely: unity, courage, division of labor and production surpluses, mobilization, commitment, etc. These characteristics are essential so that, in a supportive manner, development can be promoted location of a community. The main objective of this work is to investigate the role of the Association of Fishermen and Farmers of Congo (ASPAC) for the personal, social and local development of the Laginha community. The study was carried out through direct observation and semi-structured interviews. Based on the results obtained through research carried out with the solidarity enterprise of the Laginha community, located in the municipality of Congo, in the State of Paraíba, characteristics are highlighted that can be considered as enabling the promotion of local development, considering that the population knows well the place where he lives, the needs and desires to improve living conditions in his locality, the necessary foundations for cooperation, solidarity, commitment among associates, becoming fundamental mechanisms for development, facilitating participation and the construction of a collective process within society. This work is structured as follows: Theoretical Foundation, which addresses content relating to the History and Proposal of the Solidarity Economy, Solidarity Economy as a Survival Strategy, Solidarity Economy and Local Development, Associativism: Contribution to Local Development; Methodology, which describes the research step by step; Analysis and Discussions of the Results, analyzing the interviewees' statements in light of the theoretical framework raised; Final Considerations, which concludes by showing the conclusions obtained through carrying out the work. We also provide the interview script and records of the location studied in the annex.

KEYWORDS: Solidarity Economy, Associations, Social and Local Development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	09
1.1 HISTÓRIA E PROPOSTA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	09
1.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA.....	12
1.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	14
1.4 ASSOCIATIVISMO: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	19
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33
ANEXOS.....	35

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária tem origem nas experiências dos socialistas utópicos, como Robert Owen, ainda na primeira metade do século XIX, na Inglaterra. Owen critica os efeitos do capitalismo industrial ao colocar em prática os ideais democráticos de solidariedade como princípio para o enfrentamento da exploração exaustiva do trabalho, com o objetivo de promover a qualidade de vida dos trabalhadores (SINGER, 2003). A emergência da Economia Solidária, que remonta às práticas cooperativistas, está associada aos impactos negativos da primeira Revolução Industrial, que acarretou na exclusão dos artesãos do mercado de trabalho.

A fim de compreender melhor o conceito de Economia Solidária, Gaiger (2009, p. 570), define como “práticas econômicas de iniciativa de pessoas livremente associadas, com algumas características básicas: algum grau de socialização dos meios de produção; dispositivos de cooperação no trabalho; elementos de gestão democrática”. Sendo assim, verifica-se que a Economia Solidária está estruturada na organização coletiva de trabalho.

A Economia Solidária tem como principal objetivo a solidariedade e o foco nos setores marginalizados, recuperação de trabalhadores experientes, oferta de oportunidade de inserção de jovens, com baixa escolaridade. O conceito de desenvolvimento pode até ser oposto à ideia de progresso econômico, devido ao seu grande número de variáveis torna-se um fenômeno complexo de ser mensurado com exatidão (GAIGGER 2002), contudo, ao analisar o desenvolvimento de uma comunidade deve ser considerado o bem estar da humanidade, isto é, é preciso levar em consideração um conjunto de fatores que os indivíduos precisam usufruir para terem uma boa qualidade de vida: emprego digno, recursos econômicos para satisfazer suas necessidades básicas, um lar para viver, acesso à educação e a saúde, tempo para o lazer, entre outros.

A Economia Solidária encontra-se fundamentada nos princípios da valorização social, desenvolvimento sustentável, busca dos valores do associativismo, o trabalho como valor central. Essa proposta de economia alvitra uma nova lógica de desenvolvimento, pautada na sustentabilidade, com geração de trabalho e renda, promovendo assim um incremento social, cultural, político e social. Sendo assim, o desenvolvimento local está diretamente ligado a iniciativas inovadoras que envolvam, motive e movimente as pessoas, isto é, a coletividade.

Nesse sentido, o desenvolvimento local deve ter por objetivo proporcionar condições de vida com melhor qualidade aos indivíduos, quando se trata principalmente de Economia Solidária e do desenvolvimento sustentável nota-se que é através da produção,

comercialização e consumo que surge a solução para os problemas, onde envolvem famílias inseridas em atividades de vários aspectos em que se destaca a pesca, agricultura familiar, entre outras.

Partindo do pressuposto de que a maior pobreza do Cariri paraibano, principalmente de alguns municípios, não consiste só na falta de renda, mas em não saber explorar as potencialidades existentes, e assim desenvolver a região, surge a intenção de analisar a experiência de Economia Solidária da Associação dos Pescadores e Agricultores do Açude Cordeiro (ASPAC), haja vista que a experiência vivenciada pelos pescadores e agricultores da região vem contribuindo para o desenvolvimento local. Pretende-se investigar esta experiência, com o intuito de que o estudo desenvolvido contribua com o debate da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento local ao observar como os atores desse tipo de experiência a vivenciam e de que maneira interpretam tal experiência.

O presente trabalho tem como objetivo principal investigar o papel da ASPAC para o desenvolvimento pessoal e o desenvolvimento local da comunidade Laginha. Além disso, identificar a trajetória dos sócios trabalhadores, como eles percebem suas condições de vida e de trabalho, antes e depois da inclusão com o empreendimento em estudo. A realização desse estudo se deu por meio de observação direta e entrevista semi-estruturada, na ASPAC e na Colônia Z 32, situada na comunidade Laginha, no município de Congo, localizado na microrregião do Cariri Ocidental, Estado da Paraíba, tendo uma população de aproximadamente 4.692 (quatro mil seiscentos e noventa e dois) habitantes, segundo informações obtidas pelo IBGE no ano de dois mil e doze.

1 FUNDAMETAÇÃO TEÓRICA

1.1 HISTÓRIA E PROPOSTA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Singer (2002) resgata que a Economia Solidária surgiu no Brasil em resposta à crise de 1981/83, como resultado do processo falimentar de indústrias em ocasião da crise econômica iniciada na década de 1970. Neste processo, foram formadas cooperativas pelos trabalhadores dessas indústrias que, na época, obteve apoio de parte dos sindicatos. Foi com base nesse movimento que foi criada a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), a partir do 1º Encontro dos Trabalhadores em Autogestão, em 1994, em São Paulo. Segundo Singer (2002, p. 89), “a ANTEAG surge não só para ajudar a luta dos trabalhadores pela preservação dos seus postos de trabalho e ao mesmo tempo pelo fim de sua subordinação ao capital, mas também para assessorar as novas empresas solidárias”.

Alguns trabalhadores excluídos do mercado de trabalho se inseriram na prática da Economia Solidária, pois alguns fatores de ordem econômicos, políticos e sociais acabam por contribuir de forma direta para a criação de uma economia paralela, com uma dimensão menor e acoplada ao sistema hegemônico, com diretrizes de produção, trabalho e escoamento que visa o coletivo e as decisões horizontais. Como aponta França Filho (2006, p.34): “A Economia Solidária surge como reação à crise na forma de numerosas iniciativas locais”. No Brasil, a Economia Solidária surge da seguinte forma:

Com a crise social das décadas perdidas de 1980 a 1990, em que o país se desindustrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social, a Economia Solidária reviveu no Brasil. Assumiu em geral a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades, mas sempre autogestionárias (SINGER, 2002, p. 122).

Isto é, a Economia Solidária surgiu como reação dos movimentos sociais frente à crise e ao desemprego em massa da década de 1980. Crise esta que se intensificou nos anos 1990, criando assim um setor econômico que tem como principal foco gerar trabalho e renda para uma parte da sociedade que se encontrava excluída do mercado de trabalho. Destacam-se como entidades e formas de expressão do movimento de Economia Solidária no Brasil, atualmente: Cooperativas industriais; Empreendimentos populares; Movimentos sociais; Sindicatos; Fóruns Municipais, Estaduais e Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Políticas públicas de fomento à Economia Solidária; Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Os empreendimentos de Economia Solidária têm como proposta gerar condições para que o desenvolvimento humano supere a tradicional noção de desenvolvimento ocasionado

por meio da quantidade de riqueza acumulada e concentre esforços na promoção do bem estar social, coletivo, não plenamente dependente do crescimento econômico, remete o tema à necessidade da máxima interação entre o progresso não apenas da economia, mas também, político, social e cultural de uma comunidade, resultando em um efetivo desenvolvimento da pessoa humana.

O surgimento da Economia Solidária promove uma busca de solução viável aos problemas vivenciados por centenas de trabalhadores em seu contexto social e econômico. Conforme (Singer, 2002 p.138):

A construção da Economia Solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocadas pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado Capitalista.

O autor, em sua concepção, acredita que a Economia Solidária seja uma estratégia possível de luta contra as desigualdades sociais e o desemprego, e que a necessidade de empreendimentos cooperativos espalham-se como atividades de práticas econômicas, fundadas como princípio de solidariedade.

No contexto brasileiro, a Economia Solidária vem crescendo de forma cada vez mais acelerada, verifica-se que são vários os fatores que contribuem para essa expansão, como: a crescente exclusão dos trabalhadores do mercado formal de trabalho, a falta de trabalho e renda para as famílias, entre outros. Diante desses problemas, alguns trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho se unem na tentativa de criar novas alternativas de geração de trabalho e renda.

Para Souza (2003, p. 38), “a Economia Solidária vai além, portanto, do cooperativismo, abrangendo outras formas de organização econômica, mas com a mesma orientação igualitária e democrática”. Sua visão com relação ao mundo baseia-se na ideia de que a principal virtude de qualquer sistema econômico é promover a cooperação entre as pessoas: famílias, comunidade, países. De acordo com Rantner (2008, p.56), “Em uma Economia Solidária exige-se além do desenvolvimento de sua base material, um alto grau de conscientização e motivação por parte de sua população, movida por princípios éticos e valores de compaixão e solidariedade”.

A proposta da Economia Solidária retoma práticas comuns a economia que surge como resposta à pobreza e ao desemprego provocado pela difusão desregulamentada da ferramenta e do motor a vapor, no início do século do XIX. Na procura de alternativas de sobrevivência para os operários que se encontravam em situação de marginalização produzidas pela competição e relações de subordinação características do capitalismo, os

operários decidem assumir a direção das fábricas, na qual eles trabalhavam e que tinham falido.

Singer (2002, p.51), faz a distinção entre a proposta da Economia Capitalista e a Economia Solidária, destacando, principalmente, no modo como as empresas são gerenciadas, a saber: “a Economia Capitalista utiliza-se da heterogestão, a administração é hierárquica; na Economia Solidária, pratica-se a autogestão, administra-se democraticamente. A autogestão tem como principal mérito o desenvolvimento humano proporcionado aos participantes, não a eficiência econômica, embora ela seja necessária”.

A racionalidade dos empreendimentos solidária segue uma lógica diferente da posta pelas empresas capitalistas, trazendo consigo a proposta de geração de trabalho e renda para os trabalhadores em luta contra o capitalismo, como também exige de seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição, característica do sistema capitalista e a favor da primazia do trabalho sobre o capital. É regida pelos princípios da propriedade coletiva ou associada do capital e do direito à liberdade individual, os quais unem todos os que produzem numa única classe de trabalhadores. O resultado material desse processo é a solidariedade e a igualdade. A reprodução desse resultado exige mecanismos de redistribuição solidária da renda. A Economia Solidária é composta por empresas que praticam a autogestão e tem como pressupostos: negação da separação entre trabalho e meios de produção; o capital é de quem nela trabalha (SINGER).

Através dos empreendimentos, a Economia Solidária apresenta a propriedade comum dos meios de produção, visto que por meio da gestão coletiva, os trabalhadores buscam os seus interesses comuns. Contudo, muitas são as dificuldades enfrentadas para a permanência dessas formas de organização da produção, uma vez que se trata de um modelo de economia alternativa dentro de um sistema capitalista que está arraigado na sociedade.

Passos (2007, p.26), descreve a Economia Solidária: “como um movimento de renovação e atualização histórica da Economia Social”. Assim como nos países europeu, nos Estados Unidos e em diversas partes do mundo a economia traz consigo uma proposta de geração de trabalho e renda para as classes trabalhadoras, contra o processo neoliberal de aniquilamento de trabalho formal, tanto na iniciativa privada, quanto na esfera pública, no entanto é perceptível que o debate institucional sobre a Economia Solidária, se altera de acordo com a política pública que se adota no país, o Brasil passa por essa instabilidade indefinida de governos, partidos e interesses que acabam por tornar as políticas sociais e outras esferas de direito e cidadania instáveis.

Em outra perspectiva FRANÇA FILHO, (2007, p. 44) destaca que “a Economia

Solidaria é entendida como “uma tentativa de articulação inédita entre Economia Mercantil, não mercantil e não monetária, ao invés de uma forma de economia que viria se acrescentar às formas dominantes da economia no sentido de uma eventual substituição”.

Mediante o exposto, compreende-se que a Economia Solidária tanto surge como uma economia destinada aos excluídos, em que as pessoas desempenham as atividades solidárias na tentativa de fugir da exclusão, quanto compreende um movimento contra-hegemônico, isto é, em que a adesão às iniciativas solidárias é norteadas pela crença nos valores e princípios de cooperação e solidariedade.

1.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA

A Economia Solidária aparece como uma resposta importante dos trabalhadores aos efeitos da dinâmica hegemônica, pois aponta para uma nova forma de organização dos processos de trabalho, isto é, como possibilidade para uma sociedade movida pelo capitalismo, buscar a conciliação de aspectos sociais, culturais, econômicos, ambientais e políticos, questiona o modelo de “desenvolvimento” que trouxe graves consequências a todos os aspectos mencionados.

Sua visão com relação ao mundo baseia-se na ideia de que a principal virtude de qualquer sistema econômico é promover a cooperação entre as pessoas: famílias, comunidade, região e país, na qual a administração é feita de forma coletiva pelos próprios trabalhadores, por meio de uma gestão participativa e democrática. Segundo a SENAES (2013), a Economia Solidária deve se configurar como uma estratégia de desenvolvimento, alternativo ao modo de produção capitalista.

Ainda que seja o resultado – direto e indireto – das consequências do capitalismo sobre a situação de desemprego e pobreza dos trabalhadores, a Economia Solidária deve ser uma resposta às suas mazelas. Ou seja, parte-se do princípio de que a Economia Solidária deve estar pautada em uma nova lógica de desenvolvimento, que seja capaz de combinar o crescimento econômico (a finalidade econômica) com desenvolvimento humano (a partir de um ponto de vista humanista).

De acordo com Singer (2003) a Economia Solidária, por meio do seu surgimento, reforça o poder de luta de todos os trabalhadores assalariados diante da exploração capitalista, visto que diminui o exército de reserva de mão de obra. Demonstrando por meio de novos princípios a luta constante de uma classe social contra o capitalismo e as suas ideologias, se

baseado numa outra lógica econômica, fundamentada na busca de novas relações de trabalho, e em uma sociedade que não seja marcada pelo individualismo e competitividade que cada vez mais exclui os indivíduos.

Sendo assim, a Economia Solidária de acordo com Arruda (2005, p. 35), promove

O consumo ético, crítico e solidário. Cada habitante busca o atendimento das suas necessidades na partilha dos bens, e não na apropriação privada deles à exclusão dos outros. Partilhando o que tem ou produz, ele gera satisfação para os outros e predispõem os outros a fazerem o mesmo em relação a ele ou a ela [...], produção autogestionárias dos bens e dos serviços [...], trocas solidárias com base na busca do ganho para o produtor e para o consumidor [...], finanças solidárias [...], a educação não como fim em si, mas como via de empoderamento dos educandos para tornarem-se gestores competentes de seus empreendimentos cooperativos e sujeitos só seu próprio desenvolvimento pessoal, comunitário e social.

Os empreendimentos solidários são gerenciados de forma democrática, na qual a organização da produção é de responsabilidade de todos, onde todos participam, organizam, votam e decidem à gestão do empreendimento, se reconhecendo no produto final que foi produzido por todos, por meio de uma prática coletiva.

Dessa forma, a Economia Solidária é caracterizada como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta da lógica de mercado capitalista, organizando-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade adotando formas comunitárias próprias.

A Economia Solidária indica uma nova lógica de desenvolvimento, pautada na sustentabilidade, com geração de trabalho e renda, promovendo assim um desenvolvimento social, cultural e político. O desenvolvimento social requer uma mudança de hábitos por parte da sociedade, isto é, em longo prazo, para Cavalcanti (2003), sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema.

No entanto, no que se refere a Economia Solidária,

Isto não deve remeter a ideia de que esta economia é perfeita, pois se pode perceber que é um caminho alternativo que pode trazer realmente melhoras para muitas pessoas que tem uma prática democrática e saiba trabalhar coletivamente alcançando uma dimensão maior do que a da economia. Educando-se para atuar nas relações de colaboração entre as pessoas, respeitando e repassando os valores culturais, assim descreve (CUNHA, 2003, p. 25).

Nessa perspectiva compreende a Economia Solidária como uma estratégia de inclusão, ou seja, na qual o indivíduo tem a oportunidade de buscar sair da condição que se encontra no mercado de trabalho. Na Economia Solidária as relações são horizontais e estabelecidas a partir da reciprocidade, solidariedade, cooperação, democracia e

coletividade.

Em suma, compreende-se que o processo de aumento do desemprego e da precariedade nas relações de trabalho atuou como um fator que desencadeou as iniciativas coletivas voltadas para a geração de trabalho e renda, sendo essa busca de alternativas marcadas pelo surgimento de novas formas de organização da produção e do trabalho, apresentando caráter de coletividade.

1.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os debates sobre a Economia Solidária e o desenvolvimento local têm ganhado cada vez mais destaque nas discussões em nível de Governo e Acadêmico. A preocupação com o desenvolvimento local aparece fortemente vinculada a uma série de questões/aspectos não resolvidos pelos mercados e pela tradição das políticas desenvolvimentistas (incapacidade de generalizar bem-estar, necessidade de conectar os locais a processos/espços dinâmicos, de potencializar a produção e de aperfeiçoar a comercialização).

Um primeiro aspecto que devemos salientar para uma consideração sobre relevância em matéria de desenvolvimento local passa pela necessidade de compreender a própria ideia de sustentabilidade aplicada a tais experiências no sentido de desconstruí-la. Ou seja, a sustentabilidade no território não pode ser avaliada apenas segundo critérios de economicidade, isto é, enfatizando, sobretudo, a rentabilidade financeira dos empreendimentos produtivos, isto implica reconhecer a importância da dimensão econômica, porém sem admitir sua absoluta centralidade no processo de desenvolvimento.

Desse modo, partimos da consideração de que o grau de desenvolvimento local e sua sustentabilidade num território supõem um equilíbrio dinâmico entre as várias dimensões que atravessam a vida das pessoas, ou seja, o desenvolvimento econômico local vai além do reflexo de um processo de desenvolvimento nacional em uma determinada localidade. Para que de fato ocorra o desenvolvimento local é necessário levar em consideração vários fatores como: econômico, social, cultural, ambiental, institucional e humano, pois esses são fatores importantíssimos para a formulação de estratégias na tomada de decisões para o processo de desenvolvimento local.

No que diz respeito à dimensão econômica, um primeiro indicador de relevância pode ser atribuído ao grau de impacto promovido pela experiência na distribuição de renda no território. Ou seja, para além da capacidade da experiência em gerar transações de natureza mercantil, importa observar se a experiência consegue preservar e estimular no território

outros circuitos de relações econômicas. De acordo com Buarque (2006, p 25), “um processo endógeno de mudanças, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”.

A dimensão social trata do nível de coesão social existente no ambiente de relações entre as pessoas envolvidas com a experiência. Este aspecto se relaciona a própria característica do tecido social e do cotidiano vivido no território que sustenta a experiência. Neste sentido, o fato do desenvolvimento das atividades econômicas encontrarem-se indissocialmente ligado às próprias práticas de relações sociais fortemente baseadas no vínculo (muitas vezes pré-existente) entre as pessoas no território, parece denotar fator de relevância da experiência (FRANÇA FILHO, 2010).

A dimensão cultural remete atrelada ao grau de afirmação identitária é característico dos grupos envolvidos com a experiência de desenvolvimento local. Neste sentido, deve-se considerar como critério de relevância o grau de enraizamento das atividades empreendidas na experiência no tecido da vida cultural do lugar, o que implica não apenas reafirmação de valores e costumes próprios, mas também o usufruto de recursos naturais locais e tecnologias socialmente apropriadas.

A dimensão política deve ser considerada em relação a um triplo aspecto. O primeiro diz respeito ao grau de autonomia dos grupos locais no processo de gestão da experiência. O segundo aspecto refere-se à capacidade da experiência em fomentar um modo de ação pública no território, o que afeta diretamente o nível e a forma de participação das pessoas na discussão de problemas comuns relativos ao cotidiano da vida no próprio lugar. O terceiro aspecto concerne o nível de articulação da experiência, tanto no sentido de inserir-se em redes no âmbito da própria sociedade civil, quanto no que diz respeito a sua capacidade de estabelecer pactos ou interações com poderes públicos, preservando sua autonomia. O conjunto destes aspectos sinaliza a importância do caráter sócio-político como critério de relevância devendo permear a experiência. O primeiro aspecto salienta o nível de aprendizado de uma cultura política democrática orientando os processos decisórios internos. Os dois últimos aspectos, em especial, além de apontar inovações na esfera da cultura política local, informam ainda sobre a capacidade da experiência em promover transformações no plano mais institucional da vida no território (FRANÇA FILHO, 2010).

A dimensão ambiental está ligada ao grau de vinculação da experiência em relação às características ambientais próprias num território. Neste sentido, merecem destaque alguns aspectos. Em primeiro lugar, importa avaliar a forma de manejo dos recursos ambientais através das atividades desenvolvidas, isto é, é preciso considerar se as iniciativas utilizam

insumos ou recursos próprios do seu território; se os recursos utilizados não têm efeito poluidor; se as fontes energéticas utilizadas são de base renovável; e finalmente, importa avaliar o nível de geração de resíduos pelas atividades, bem como, seu modo de tratamento. Em segundo lugar, importa avaliar o grau de centralidade do ser humano em relação aos processos utilizados. Isto quer dizer que não basta a boa conservação dos recursos ambientais sem se considerar o humano. Ou seja, a dimensão ambiental necessariamente relaciona-se com a boa utilização dos recursos ambientais, sua preservação e bem estar humano (FRANÇA FILHO, 2010).

Percebe-se que, ao contrário do sistema econômico capitalista, a Economia Solidária tem como princípio a solidariedade, a valorização do ser humano, não a exploração da mão de obra, seus empreendimentos estão estruturados no modelo de empreendimentos cooperativos a partir da associação dos trabalhadores. Nesse sentido, compreende-se que o desenvolvimento local está diretamente ligado às iniciativas inovadoras que envolvam, motive e movimente as pessoas, isto é, a coletividade, e que a Economia Solidária é capaz de interferir de forma positiva nas relações, seja em um nível macroestrutural e econômico, como transformações em um nível subjetivo da mentalidade de um povo.

Sua principal referência está centrada em um modelo novo de projeto, pautado em princípios que vislumbram um ideal de sociedade mais justa, democrática, que prioriza a intervenção política das organizações não-governamentais, os modelos de políticas sociais focalizadas com base em “projetos” e a redução das funções estatais que respondem à satisfação dos direitos sociais, tendo como principal foco o ser humano, Isto é, como o sujeito, promovendo, assim, maiores condições de acesso aos meios de produção, de desenvolvimento de sua capacidade intelectual e produtiva.

Conforme Rodrigues (*apud* CANTERLE, 2004, p.09),

As organizações associativas abrigam um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam no sentido de fazer frente a naturais debilidades. Da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder.

Nesse sentido, compreende-se que o fenômeno da ação coletiva, principalmente por meio das associações, tem como foco a construção de uma perspectiva que visam a ideia de um modelo de sociedade mais igualitária que luta por mais igualdade, sustentabilidade, isto é, por indivíduos livres, emancipados, conscientes de seus direitos e deveres.

Estudos vêm revelando a importância do associativismo no desenvolvimento seja ele social ou local.

Evidencia que primeiro o desenvolvimento deve atingir o ser humano, ou seja, o indivíduo é o centro de todo o desenvolvimento, pois é aparte desse estado que ele pode busca meios, alternativas e caminhos que possam levá-lo a conquistar a melhoria das condições de sua vida, condição essencial para a busca do desenvolvimento social e conseqüentemente, o local, tendo em vista que o desenvolvimento local tende ocorrer mediante a sustentabilidade do ser humano e do meio ambiente no qual ele está inserido (FRANTZ,2002, p. 1).

O termo desenvolvimento infelizmente ainda é muitas vezes confundido com o termo crescimento, ou com instalação de grandes fábricas com capacidade de geração de muitos empregos e que, estimulam cada vez mais o sistema capitalista e as desigualdades sociais. Para Vazquez Barque (2001, p. 57-58)

Quando a comunidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno [...]. O conceito está baseado na ideia de que localidade e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economia de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento.

Corroborando com o autor, entendemos que o desenvolvimento local deve ter por objetivo proporcionar condições de vida com melhor qualidade aos indivíduos, quando se trata principalmente de Economia Solidária e desenvolvimento sustentável, nota-se que é através da produção, comercialização, e consumo que surge a solução para os problemas, envolvendo famílias inseridas em atividades de vários aspectos em que se destaca a pesca, agricultura familiar, entre outras.

De acordo com Aguiar (*apud* ZAPATA, 2006, p. 25), o desenvolvimento local deve ter como estratégia de suporte

[...] a construção de capital social, o fomento adequados aos micro e pequenos empreendimentos e o fortalecimento da governança local, através da cooperação, da construção de parcerias e da pactuação de atores por um projeto coletivo de desenvolvimento com mais equidade.

Conforme, esta ideia, pensar em desenvolvimento local não é apenas desejar promover a produtividade local, regional ou global, é necessário ir além, isto é, é necessário explorar todas as fontes dos recursos existentes a fim de promover o aspecto econômico que venha a beneficiar todos respeitando cada particularidade, de maneira a gerar justiça social, cidadania, valorização da diversidade de cada individual, cultural e da sustentabilidade ambiental.

Sendo assim, observa-se que a proposta da Economia Solidária está ligada diretamente à relação entre o trabalho e os meios de produção baseado em desenvolvimento local, como tendência de aumento de rendimento de trabalho como processo de mobilização de pessoas e instituições que busca a transformação da economia e da sociedade, criando oportunidades de trabalho e renda, superando dificuldades, favorecendo melhorias das condições de vida da

população local, implementando soluções de gestão coletiva e democrática.

No processo do desenvolvimento local é imprescindível o reconhecimento, a valorização das potencialidades humanas. O indivíduo pode ser considerado como o principal elemento na busca do desenvolvimento, seja ele social, econômico, cultural e conseqüentemente o local. Segundo Buarque (2002), desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

Frantz (2002) considera que,

Se desenvolver não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos homens. Pois todo desenvolvimento é resultado das ações humanas, no qual todos são responsáveis na construção de cada mudança (FRANTZ, 2002, p.25).

A Economia Solidária surge como uma proposta estratégica para um novo modelo de desenvolvimento, inclusivo e solidário, no qual todos os envolvidos são beneficiados com os resultados obtidos ao decorrer dos tempos.

Segundo Zapata (2001, p. 1), “conceito de desenvolvimento local se apoia na ideia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento”.

Destarte, é fundamental que os indivíduos busquem novas formas de desenvolvimentos econômicos aparte da exploração dos recursos existentes nas localidades, porem é preciso investir na aquisição de novos conhecimentos e técnicas diferenciadas.

1.4 ASSOCIATIVISMO: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Atualmente, o Associativismo é uma das molas propulsoras para o desenvolvimento econômico e social, principalmente em pequenas comunidades, pois permite meios nos quais todos tenham condições iguais ou similares para o desenvolvimento social e econômico. A discussão sobre o tema Associativismo situa-se no campo da Economia Solidária, apresentando-se como uma proposta inovadora para o desenvolvimento sustentável local e social. Sua principal característica é a solidariedade, o trabalho coletivo, a valorização do ser humano, o bem coletivo, a democracias onde todos são tratados de forma igualitária, respeitando a opinião de cada membro envolvido.

O conceito de Associativismo trazido por Scherer-Warren (2001, p. 42) nos permite

uma melhor compreensão acerca da temática, que segundo o autor consiste em:

[...] formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias.

O Associativismo pode ser compreendido como o resultado de várias lutas em busca de uma sobrevivência digna e por uma melhor condição de vida das pessoas. “O Associativismo é uma questão primária para o potencial emancipatório e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o pontual com o abrangente” (CANTERLE, 2004, p. 5).

Segundo, Canterle (2004, p. 8),

[...] fica claro que o fomento do associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento e cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas, uni-las e engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns, dando atendimento às suas necessidades coletivas e individuais.

Um dos principais objetivos do Associativismo é a mudança, pois transforma a forma de participação dos envolvidos, de individual e familiar para a participação coletiva e comunitária. Na concepção de Canterle (2004, p. 6), o “brasileiro representa a evolução no sentido de criar possibilidades para o surgimento de novas organizações associativas, tanto no meio rural como urbano”.

Frantz (2002, p. 1) destaca

[...] associativismo, com o sentido de co-operação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a cooperação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida.

Compreende-se que o Associativismo é mais uma estratégia que tem como proposta o trabalho realizado de forma coletiva, em prol do desenvolvimento social, coletivo da comunidade.

Na concepção de Frantz (2002, p. 25),

[...] potencialmente, o associativismo, a cooperação, contém o desenvolvimento local [...] A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação. O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas.

Observa-se que o Associativismo, tem por objetivo melhorar a qualidade da existência humana, isto é, para melhorar as condições de vida dos indivíduos de um determinado local, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidade de crescimento e desenvolvimento.

Nesse sentido, Arruda (apud Frantz, 2002, p. 33) destaca que é preciso:

Repensar, portanto, o mercado como uma relação social, entre seres humanos, apenas mediados por dinheiro e produtos; repensar a empresa e as instituições como comunidades humanas; deslocar o eixo da existência humana do ter para o ser; identificar e cultivar a capacidade de cada pessoa e comunidade de ser sujeito consciente e ativo do seu próprio desenvolvimento, estes é alguns dos grandes desafios ligados ao renascimento da humanidade no milênio que se avizinha.

Interpreta-se que é necessário que o ser humano mude a forma de pensar, tornando-se mais solidário e menos capitalista, tornando uma sociedade mais humana dotada de valores como: amor, respeito ao próximo, no qual o desenvolvimento local gere benefícios para todos os presentes naquela comunidade.

Leonello (2010) relata que o Associativismo e a Economia Solidária se apresentam como uma das principais alternativas para o desenvolvimento local, pois as associações têm por objetivo melhorar a qualidade de vida da sociedade na qual os indivíduos encontram-se inseridos, isto é, promovendo o desenvolvimento e crescimento econômico de forma sustentável, resultado obtido através dos esforços coletivos enfatizando a melhoria da competitividade e eficiência da produtividade rural local.

O Associativismo pode ser compreendido como o resultado de várias lutas em busca de uma sobrevivência digna e por uma melhor condição de vida das pessoas. “O Associativismo é uma questão primária para o potencial emancipatório e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o pontual com o abrangente” (CANTERLE, 2004, p. 5).

Segundo, Canterle (2004, p. 8),

[...] fica claro que o fomento do associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento e cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas, uni-las e engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns, dando atendimento às suas necessidades coletivas e individuais.

Um dos principais objetivos do Associativismo é a mudança, pois transforma a forma de participação dos envolvidos, de individual e familiar para a participação coletiva e comunitária. Na concepção de Canterle (2004, p. 6), o “brasileiro representa a evolução no sentido de criar possibilidades para o surgimento de novas organizações associativas, tanto no meio rural como urbano”.

Frantz (2002, p. 1) destaca

[...] associativismo, com o sentido de co-operação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a cooperação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida.

Compreende-se que o Associativismo é mais uma estratégia que tem como proposta o trabalho realizado de forma coletiva, em prol do desenvolvimento social, coletivo da comunidade.

Na concepção de Frantz (2002, p. 25),

[...] potencialmente, o associativismo, a cooperação, contém o desenvolvimento local [...] A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação. O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas.

Observa-se que o Associativismo, tem por objetivo melhorar a qualidade da existência humana, isto é, para melhorar as condições de vida dos indivíduos de um determinado local, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidade de crescimento e desenvolvimento.

Nesse sentido, Arruda (apud Frantz, 2002, p. 33) destaca que é preciso:

Repensar, portanto, o mercado como uma relação social, entre seres humanos, apenas mediados por dinheiro e produtos; repensar a empresa e as instituições como comunidades humanas; deslocar o eixo da existência humana do ter para o ser; identificar e cultivar a capacidade de cada pessoa e comunidade de ser sujeito consciente e ativo do seu próprio desenvolvimento, estes é alguns dos grandes desafios ligados ao renascimento da humanidade no milênio que se avizinha.

Interpreta-se que é necessário que o ser humano mude a forma de pensar, tornando-se mais solidário e menos capitalista, tornando uma sociedade mais humana dotada de valores como: amor, respeito ao próximo, no qual o desenvolvimento local gere benefícios para todos os presentes naquela comunidade.

Leonello (2010) relata que o Associativismo e a Economia Solidária se apresentam como uma das principais alternativas para o desenvolvimento local, pois as associações têm por objetivo melhorar a qualidade de vida da sociedade na qual os indivíduos encontram-se inseridos, isto é, promovendo o desenvolvimento e crescimento econômico de forma sustentável, resultado obtido através dos esforços coletivos enfatizando a melhoria da competitividade e eficiência da produtividade rural local.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Associação de Pescadores e Agricultores do Congo está localizada na comunidade Laginha a 8 km de distância da zona urbana, a associação atualmente conta com associados do Município vizinho Camalaú. Na associação, homens e mulheres pescam, plantam hortaliças orgânicas para vender na região, destaca-se ainda o grupo de mulheres que trabalham exclusivamente com o file de tilápia e traíra, tendo em vista que a traíra é um peixe que não tem muita procura após a retirada de suas espinhas sua venda aumenta consideravelmente. Vale ressaltar que a análise a seguir foi realizada apenas com os associados do Município de Congo.

Para atender os objetivos propostos neste estudo, realizou-se uma pesquisa exploratória e qualitativa. A pesquisa qualitativa trata-se de uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construto profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (GODOY, 1995).

A pesquisa qualitativa consiste na descoberta e elucidações, estabelecendo métodos e critérios ao pesquisador, apresentando problemas, produzindo questionamento com o intuito de discutir e analisar possíveis soluções para os problemas detectados (GIL, 1999).

Partindo da hipótese inicial de que a experiência vivenciada pelos pescadores e agricultores da região vem contribuindo para o desenvolvimento local da comunidade de Laginha, o nosso trabalho tem como objetivo principal investigar o papel da ASPAC para o desenvolvimento pessoal e o desenvolvimento local da comunidade Laginha. Identificando a trajetória dos sócios trabalhadores, como eles percebem suas condições de vida e de trabalho, antes e depois da inclusão com o empreendimento em estudo. A realização desse estudo se deu por meio de observação direta e entrevista semi-estruturada, na Associação (ASPAC), e Colônia Z 32, situada na comunidade Laginha, no município de Congo, localizado na microrregião do Cariri Ocidental, PB.

Segundo Lakatos & Marconi (1992, p. 32), a observação direta consiste em um tipo de observação que, "[...] utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar".

Segundo Gil (1999, p. 120), na entrevista semi-estruturada, "o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas quando este se desvia do tema original,

esforça-se para a sua retomada”. O roteiro de entrevista foi aplicado ao presidente da referida associação e a 15 dos 200 associados, a fim de ter uma melhor compreensão sobre as mudanças ocorridas na vida dos moradores da localidade. Os entrevistados foram selecionados de acordo com a faixa etária que variou de 15 a 60 anos, tendo em vista que o objetivo de entrevistar pessoas com mais idade é poder entender as raízes históricas da Associação e Colônia dos pescadores e agricultores.

Nas entrevistas aplicadas buscamos identificar o tipo de relacionamento entre os diversos atores locais, a forma como selecionam, utilizam os recursos herdados ao longo do tempo e, por fim, os benefícios conquistados no decorrer dos anos, analisando se houve desenvolvimento local e como se deu esse desenvolvimento.

Para coleta de dados foi realizada visitas à Associação, no período de 05 de janeiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017, com o objetivo de observar a forma de trabalho, a convivência no dia a dia entre os associados. Após esse primeiro momento elaboramos um roteiro de entrevista semi-estruturada. A observação direta do pesquisador foi um instrumento fundamental na coleta de dados, presente em toda a pesquisa. A entrevista ocorreu em dois momentos, o primeiro na sede da Associação e o segundo nas residências. Os associados foram muito repetitivos, o que possibilitou a adaptação das perguntas durante a entrevista. Os nomes usados para identificar a fala dos associados, são nomes fictícios usados a fim de resguardar a identidade dos mesmos.

Durante o processo de tratamento dos dados, primeiramente foi necessário transcrever as entrevistas realizadas, sendo fiel a tudo que os entrevistados responderam. As entrevistas forneceram base para a análise em foco, ao trazermos os trechos das entrevistas para o corpo do texto, buscou-se fazer a observação necessária em relação aos minuciosos detalhes que acontecem durante a entrevista - gestos e sentimentos que os indivíduos deixam transparecer de forma natural através de seu comportamento durante a realização da entrevista. Como afirma Bourdieu (1999), o ato de transcrever uma entrevista não é só mecânico, ou seja, passar para o papel o discurso do informante, segundo ele o pesquisador tem que apresentar os silêncios a voz oculta do informante durante a entrevista.

Quanto ao tratamento dos dados, foi realizada a análise comparativa entre a bibliografia consultada e os dados empíricos obtidos, que possibilitou a interpretação e análise das informações e a conexão entre os dados, fazendo uma ponte com a teoria.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este tópico tem como propósito identificar e analisar, em uma perspectiva histórica, as dinâmicas sociais do trabalho desenvolvido pela Associação dos Pescadores e Agricultores do Açude Cordeiro, localizada na comunidade de Laginha, no município do Congo-PB. Buscando compreender a correlação entre as atividades desenvolvidas com as práticas de Economia Solidária, ao mesmo tempo verificar os fatores que influenciam o desenvolvimento individual, coletivo, local e sustentável, analisando se há apoio da gestão pública, municipal e estadual, especialmente em relação à reconfiguração socioeconômica da comunidade Laginha, a partir da criação da ASPAC Associação dos Pescadores e Agricultores.

Segundo relatos do primeiro Presidente da Associação, senhor Antônio, a Associação foi criada mediante um pensamento coletivo, principalmente a partir da iniciativa do senhor Antônio Jordão e da senhora Carlinda Sales, que doaram um terreno para a construção do prédio, com o objetivo de atender as necessidades apresentadas naquela época pelos moradores da comunidade, que tinham como principal fonte de renda a pesca. “Nos não tínhamos um local certo para nos reunirmos, quando necessário. Estávamos sempre de casa em casa, mas percebemos a necessidade de organização, equipamentos para aumentar nossa fonte de renda, a pesca”. Ele ainda ressalta que “nessa época havia uma disputa com outros pescadores que vinham de outros municípios, e nós saíamos sempre em desvantagem, pois não tínhamos materiais e equipamentos suficientes para a realização da pesca e a produção de seus derivados”.

Ainda segundo relatos do primeiro presidente da Associação, senhor Antônio,

Entre os anos de 1996 a 1997 foi criada a cooperativa Z32, porém só em 1998, com a entrada do interventor Municipal Zélio Marques ocorreu a ampliação e junção da associação e colônia, o que possibilitou maiores conquistas dos associados, atraindo novos membros das comunidades de Congo e Camalaú.

Atualmente a cooperativa é composta por 200 (duzentos) associados, sendo que aproximadamente 80 deles são moradores do município de Camalaú, entre eles, um grupo de mulheres que trabalham com o filé da tilápia e disponibiliza a venda dessa mercadoria, parte dessas é destinada a Prefeitura Municipal, que se encarrega de encaminhar esse alimento para as escolas e creche do referido município, outra parte fica para venda no comércio público.

Segundo o vice-presidente Marcelo Aguiar, do total de associados são poucos os que não concluíram os estudos:

150 possuem segundo grau completo, 20 dos associados possuem formação em nível superior e 30 possuem apenas o primeiro grau incompleto. O fato de termos pessoas formadas nos ajuda muito, geralmente elas sempre se envolvem mais nas buscar por

novos projetos, que tragam melhorias para nossa comunidade.

Ele ainda destacou que a Secretaria de Educação do Município implantou na comunidade turmas da EJA (Educação de Jovens e Adultos), “isso é muito bom para nossa comunidade, pois além de possibilitar a essas pessoas voltarem a estudar, é uma forma de inclusão social”.

A Educação de Jovens e Adultos tem como principal público alvo, indivíduos que não tiveram acesso à escola na idade correta. Nesse sentido, Freire (1987) destaca que são pessoas que não tiveram infância, ou tiveram uma infância frustrada, tem vergonha de si mesmo, possui complexo de inferioridade diante da sociedade que os oprime e os discrimina. Isso demonstra que a ASPAC, não está preocupada apenas com o desenvolvimento econômico, mas sim, com desenvolvimento social, considerando que a leitura e a escrita são indispensáveis para uma boa qualidade de vida. Como relata a senhora Socorro Lima,

Antes eu não sabia tirar dinheiro em caixa eletrônico, só sabia atender ao telefone, se por acaso precisasse fazer uma ligação tinha que levar o telefone pra casa de um vizinho para ele ligar, mas hoje não, sei ligar, atender, já tiro meu próprio dinheiro, sei mandar mensagem, às vezes, s o nome vai escrito errado, mas dá para entender.

Uma das atividades desenvolvidas pelos associados é a agricultura orgânica, que atualmente está ganhando cada vez mais destaque no mercado regional. As hortaliças são os principais destaques entre os variados tipos de alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos. “Para produzir usamos técnicas que respeitam o meio ambiente e que visam a qualidade do alimento, não são usados agrotóxicos nem qualquer outro tipo de produto que possa vir a causar algum dano a saúde dos consumidores, esse é nosso diferencial”, descreveo associado Edivaldo Silva.

Nesse sentido, compreende-se que a ASPAC além de estar preocupada com a sustentabilidade, está preocupada com o bem estar das pessoas que consomem os alimentos nela produzidos. Na agricultura, por utilizar apenas sistemas naturais para combater pragas e fertilizar o solo, o que garante um alimento mais saudável.

A senhora Fernanda Oliveira destacou que

Entre os principais colaboradores e parceiros das atividades desenvolvidas pela associação estão à Prefeitura Municipal do Congo, (PMC), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF) e o Projeto Dom Elder Câmara (PDHC). Estes são parceiros indispensáveis para o fortalecimento e desenvolvimento da associação em análise. Pois, é a partir das parcerias feitas com essas entidades que conseguimos participar de alguns projetos e, assim melhorarmos cada vez mais nossa comunidade.

“A Prefeitura Municipal, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e com nossa associação está sempre oferecendo cursos em diversas áreas para nossa comunidade e, principalmente para os associados, o que nos possibilita várias probabilidades de aprender novas coisas, e assim poder contribuir com a renda família”, relata Adriana Maia, associada da ASPAC.

De acordo com o atual presidente da associação, Marcos Antônio “as parcerias são tudo para a gente, sem elas não poderíamos fazer quase nada, é através dos parceiros que conseguimos muitos benefícios, 80% do que temos hoje foram conseguidos através de alguns dos parceiros”. Nesse sentido, compreende que as parcerias são de fundamental importância, pois facilita a aquisição de projetos para a comunidade o que gera cada vez mais o desenvolvimento social e econômico dos moradores e associados da ASPAC.

Foi possível observar que a maioria dos associados sobrevive com uma renda que varia de um salário mínimo para um e meio, e que atualmente a maioria desenvolve outras atividades além da pesca e da agricultura:

Antes, quando tínhamos água em nosso açude não precisamos nos preocupar tanto, pois podíamos plantar e pescar a vontade, infelizmente hoje isso não é mais possível, [...], conseguimos através entrar no Programa Compra Direta da Prefeitura, é um Programa que compra alimentos para a merenda escolar, mas infelizmente hoje já não podemos mais produzir em grande quantidade para fornecer, estamos fornecendo o possível, pois não temos como produzir muito com pouca água. (Alcione de Lima, associada).

Segundo relatos dos entrevistados, a responsabilidade da renda familiar é dividida entre o homem e a mulher, com exceção dos casos em que a mulher não tem rendanenhuma. As principais atividades, produtos produzidos na Associação são a pesca e a agricultura orgânica, incluindo também o tratamento do filé de tilápia,

[...] nossos alimentos eram vendidos tanto em nossa cidade como em outras cidades, como Sumé, Camalaú e Caraúbas, aqui no município fornecemos para a prefeitura, supermercados e feira livre, isto é, quando produzíamos em grande quantidade, hoje se resume apenas para a Prefeitura e na feira livre (Marcos Antônio, atual presidente da ASPAC).

Dentre os muitos aspectos apresentados pela Região Nordeste, o que mais se destaca é a seca, causada pela escassez de chuvas, a longa estiagem provoca uma série de prejuízos aos agricultores, como: perda de plantações, animais e falta de produtividade.

Constata-se que todos os entrevistados apontam a seca como a principal dificuldade atualmente encontrada, “nossa principal matéria prima era o peixe e sem água não temos peixe, tínhamos seis criatórios de peixe, hoje só temos dois e mais pequenos e ainda temos

outro problema, a procura pelo peixe ou pelo filé não é mais a mesma, muitos afirmam que osabor não é o mesmo” (Silvano Sales, Secretário da ASPAC).

Verifica-se que a gestão da ASPAC acontece de forma democrática, todos têm por dever participar de todas as decisões a serem tomadas, o vice-presidente destaca que “não fazemos distinção de cargo aqui na associação, aqui todos temos os mesmos direitos e deveres, ninguém é mais, ou melhor, que ninguém todos somos iguais, as decisões são sempre tomadas respeitando a maioria das opiniões”.

Nesta fala é possível identificar que a gestão da ASPAC faz uso dos princípios da Economia Solidária, mencionados Singer (2002), Mance (2000), Ranter (2008), princípios esses que regem o Associativismo, pois fornece um modelo de organização, aberta e democrática, adequada aos interesses dos trabalhadores, autogestão que constitui a qualidade democrática nas relações de gestão e trabalho e, por último, a Economia Solidária a qual se adequa aos interesses dos trabalhadores, visto que nela os trabalhadores empregam os meios de produção, comercialização e crédito em função de seus interesses.

A realização da pesquisa de campo forneceu dados importantes e relevantes para a compreensão da história da ASPAC, bem como a identificação dos princípios de Economia Solidária na prática e seu papel no desenvolvimento social e econômico da comunidade a qual se encontra situado.

Ao indagar Marcos Antônio sobre a principal meta da ASPAC, obtivemos a seguinte resposta:

Nós temos várias, mas a principal delas é respeitar a individualidade e reconhecer a potencialidade de cada associação, pois cada um tem um dom, um potencial diferente, buscar sempre o bem comum. Segundo um dos associados o principal lema da ASPAC é: “um por todos e todos por um”.

Observamos que no início a associação era vista por algumas famílias como algo inútil, foi necessário certo tempo para que todos pudessem abraçar a causa, segundo relatos fornecidos por um entrevistado, senhor Paulo Roberto, “hoje não só os moradores da comunidade Laginha são associados, mas temos moradores de outras comunidades que fazem parte da nossa associação”.

Mediante informações obtidas através das entrevistas realizadas com os associados, constatou-se que a luta enfrentada pelos moradores da comunidade Laginha sempre foi muito grande, no entanto, o companheirismo e a solidariedade de algumas pessoas foram o bastante para criar a ASPAC. Segundo relato de um dos fundadores, Maria das Graças:

Nós não tínhamos um lugar adequado para se reunir, era sempre de casa em casa, cada vez que precisamos combinar algo marcávamos em uma casa diferente, ate que

um dia surgiu a idéia de construirmos um lugar próprio para esses encontros. Éramos um grupo de seis pessoas e todos aceitos a ideia, cada um contribuiu com o que podia, um doou o terreno, outro os tijolos e assim por diante, cada um com o que podia dar como todos trabalhavam nos reunia nos domingos para construir. Levou certo tempo, mas até que fim terminou, era uma construção simples mais agora tínhamos um lugar próprio. O desafio agora era buscar recursos para conseguirmos desenvolver as atividades, batalhamos muito, e atraímos muitos associados, no entanto isso foi um trabalho de muitos anos (Aparecida Neves, uma das primeiras sócias da associação).

Dos 15 entrevistados, 10 relataram que não conhecem o termo “Economia Solidária”, eles relatam que “já ouvimos falar, mas não sabemos ao certo o que isso significa, deve ser algo ligado a fazer o bem ao outro, e isso nós fazemos” (Teresa Maria). De acordo com os relatos sobre o que é Economia Solidaria, os entrevistados a compreendem como um conjunto de atividades formado por empreendimentos solidários como: associações, cooperativas, geralmente organizadas sob a forma de autogestão, isto é, os empreendimentos não fazem distinção entre empregado e empregador, todos são donos, as responsabilidades são partilhadas assim como os lucros também.

Dessa forma, compreende-se que mesmo eles não se aprofundando na definição do que é Economia Solidaria, se aproximam do conceito de Economia Solidaria oferecido por Singer.

Ao observar e analisar as práticas desempenhadas pelos associados foi possível identificar que alguns princípios da economia solidária fazem parte do cotidiano da associação, tais como a autogestão, a democracia, a cooperação, a valorização do indivíduo e o respeito ao próximo, a valorização do saber local, da cultura e da tecnologia local e o cuidado com o meio ambiente e com as gerações futuras.

Os princípios acima mencionados são os que foram identificados mediante a participação nas reuniões realizada pela ASPAC, e nos relatos dos associados.

A burocracia para a venda dos nossos produtos é grande, tudo que vamos fazer precisa de um projeto, os valores cobrados são sempre alto, mas a seca é nosso maior e pior problema. Estamos sem poder pescar, plantar, até os tanques redes que tínhamos para o criatório de peixe, hoje são temos 02 os menores, pois não temos água para manter os outros (Rita dos Santos, trabalhadora da ASPAC).

Ao serem questionados sobre se houve melhorias ao longo dos anos em suas vidas, afirmam que “graças a Deus, a associação e a comunidade Laginha hoje é outra, quase tudo que temos hoje é conquista nossa, através da associação” (João Barros, trabalhador da associação).

É preciso compreender que o desenvolvimento local não está relacionado unicamente com o crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente. Ao analisar uma localidade, sociedade se

obteve ou não desenvolvimento é necessário levar em consideração um conjunto de fatores que propiciem ações em torno do próprio ser humano, como a razão de ser do desenvolvimento, situando-se o crescimento econômico como uma das ferramentas possíveis de serem utilizadas para a obtenção deste desenvolvimento.

Ao pedir para que pudessem citar algumas das melhorias conquistadas, foram destacadas

Nossas casas não tinham banheiros é hoje todas têm, as cisternas que temos hoje foram projetos feito pela associação, toda a comunidade tem água nas torneiras, nossa grande parceira também é a cooperativa, através dela podemos participar dos programas do Governo, pois é através dela que conseguimos a emissão de alguns documentos necessários (Ana Maria, associada).

A mesma relata que mesmo nesse período tão difícil que se estar vivendo por causa da estiagem, no qual as principais atividades desenvolvidas estão paradas ou quase paradas, a ASPAC estar sempre preocupada com o que pode ser feito para ajudar seus associados, “estamos sempre buscando oferecer vários cursos como: manicure, produção de bisqui, artesanato entre outros, tudo que possa gerar trabalho e renda para nossas famílias” (Ana Maria).

Com base nos relatos acima apresentados, compreendemos que a associação da comunidade Laginha, apesar de suas limitações, é peça fundamental no desenvolvimento social e econômico daquela comunidade. Embora nem todos tenham conhecimento do significado do termo economia solidária, os associados fazem uso de seus princípios em seu cotidiano, nas relações de trabalho realizado pela ASPAC.

No decorrer da pesquisa observou-se que, o empreendimento solidário em estudo apresenta pontos positivos para a viabilização do desenvolvimento local, a saber: a união, a coragem, a divisão do trabalho e das sobras da produção, a mobilização, o compromisso, etc. Estas características são essenciais para que, de forma solidária, se promova o desenvolvimento local de uma comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, compreendemos que a Economia Solidária vai além de uma resposta ao desemprego, isto é, ela surge como uma alternativa viável para uma classe social esmagada pelo sistema capitalista, trazendo consigo uma proposta de organização da produção que difere dos valores do capital, viabilizando a geração de trabalho e renda às vítimas do desemprego.

A Economia Solidária, assim como as instituições que apoiam as iniciativas que advêm da proposta desse modelo de economia, buscam formas de gerar trabalho e renda de forma coletiva e solidária, tendo sempre o indivíduo como prioridade, pautando-se assim na valorização humana. No entanto, observa-se uma fragilidade apresentada pelos atores desse campo, ou seja, os trabalhadores inseridos no âmbito da economia solidária estão mais habituados e preparados para o trabalho físico e pouco qualificados intelectualmente. Fica evidente a importância das parcerias entre o poder público local e outras entidades, pois é peça chave para o desenvolvimento social e ecumênico da ASPAC.

Uma das formas mais vinculadas de Economia Solidária como forma de encorajar o desenvolvimento local atualmente são as cooperativas e associações, por encontrarem-se estrategicamente localizados nas comunidades, sendo compostas pelos principais interessados em promover o tão almejado desenvolvimento, estarem pautadas no interesse coletivo e no bem-estar social, que implica no incremento do consumo no entorno de sua localização, resultando assim na geração de trabalho e renda. Um dos principais problemas atualmente enfrentado pela ASPAC e por toda a comunidade é a seca, no entanto, esse é um problema regional, são inúmeras dificuldades e prejuízos oriundos da seca, dentre as quais destacamos: perda de plantações e de animais, pobreza, fome, miséria entre outros.

Na tentativa de minimizar os danos provocados pela seca a ASPAC por meio de parcerias realizadas com outros órgãos consegue adquirir para a comunidade várias cisternas, caixas de águas, como também por meio da colônia Z32 facilitou o acesso das famílias nos programas ofertados pelo Governo Federal, como: bolsa família, bolsa estiagem, garantia safra e carro-pipa, seguro defesa, entre outros.

Desse modo, nossa reflexão defende que a Economia Solidária é uma ferramenta importantíssima no processo do desenvolvimento humano e local, uma vez que ambos caminham juntos, pois propõe a criação de um novo tipo de sujeito com uma mentalidade solidária e cooperada, vendo-se e reconhecendo-se no outro, ainda que fora do espaço de trabalho, ele esteja inserido em outras dimensões da esfera totalizante do modo de produção

capitalista.

Sendo assim, o objetivo inicialmente proposto neste trabalho foi alcançado, pois mediante a pesquisa foi possível constatar que realmente houve desenvolvimento social, local e econômico após a criação da ASPAC. Destacando ainda a importância da realização de novos estudos na referida comunidade, tendo em vista que no atual momento a comunidade encontra-se passando por um período de seca nunca visto antes, o qual o açude da região encontra-se totalmente seco.

Contudo, compreendemos que a associação da comunidade Laginha, apesar de suas limitações, é peça fundamental no desenvolvimento social e econômico daquela comunidade. Embora, os indivíduos apresentem de maneira fragmentada os conhecimentos sobre o que é economia solidária, eles fazem uso de alguns de seus princípios na forma de trabalho, na gestão do empreendimento no cotidiano, assim como já mencionado durante o trabalho, especificamente na análise dos resultados.

Em suma, a proposta central da economia solidária se opõe à exploração do trabalho e dos recursos naturais, seu principal objetivo é promover o desenvolvimento sustentável, ou seja, o crescimento econômico de forma harmoniosa com a proteção do meio ambiente, preocupando-se com a atual e futura geração. Dessa forma, acontece a tão importante interação prevendo a participação dos membros da sociedade como mediadores do processo de construção de projetos de desenvolvimento local, social, econômico e sustentável.

REFERÊNCIAS

SENAES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria>. Acesso em 2004.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André. A Economia Solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2003.
FRANÇA FILHO, G., A economia popular e solidária no Brasil, In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. (Orgs.). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional, Porto Alegre/Salvador: EdufrgsEdufba, 2006a.

MANCE, E. A. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-ca
VÁSQUEZ BARQUERO, A. (1993), Política Económica Local, Madrid, Pirâmide.pitalistaà
globalização atual. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RATNER, Henrique. **Desafios da Economia Solidária**. Economia Solidária Por quê? 1 ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

SCHWENGBER, Ângela. **Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil**. Disponível em <https://www.mte.gov.br/ecosolidária/conf-rede.pdf>

ZAPATA, Tânia, PARENTE, Silvana. O Desenvolvimento Institucional e a Construção de Parcerias para o Desenvolvimento Local. IDR, 2004. Disponível em: www.idr.org.br/artigos/admin/arquivos/artigo11.Php

ARRUDA, MARCOS. **Humanizar o infra-humano**: a formação do ser humano integral: homo evolutivo. práxes e Economia Solidária. Petropolis: Vozes, 2003

BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAVALCANTI, Clóvis. (org.). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Revista Bahia Análise & Dados*. Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: Acesso em: 31 jan. 2013.

GODOY, Arilda S., 1995 a. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresa*. São Paulo, v. 35, 2: 57-63.

ZAPATA, Tânia et al. Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos. Rio de Janeiro: Ritz, 2001.

ZAPATA, Tânia; AMORIM, Mônica; ARNS, Paulo César. *Desenvolvimento territorial à distância Florianópolis*. Florianópolis: UFSC, 2007.

FRANTZ, Walter. Desenvolvimento local, associativismo e cooperação, 2002. Disponível em: . Acesso em: jul. 2007.

BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

LEONELLO, João Carlos Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorando em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Campos de Franca – SP (jleonello@uol.com.br)

CANTERLE, Nilsa Maria G. O associativismo e sua relação com o desenvolvimento. Francisco Beltrão-PR, Unioeste, 2004. Disponível em: . Acesso em: 17 jul. 2007.

ANEXOS**ROTEIRO DE ENTREVISTA****PERFIL SÓCIO ECONÔMICO E CULTURAL****1. IDENTIFICAÇÃO**

1.1 Nome: _____

1.2 Endereço: _____

1.3 Sexo: () masculino () feminino

1.4 Data de Nascimento: _____ / _____ / _____

1.5 Naturalidade: _____

1.6 Cor ou etnia: () branca () preta () parda () amarela () indígena

1.7 Estado Civil () solteiro (a) () casado (a) () vive maritalmente () divorciado (a) ()
viúvo (a) () separado () outro _____

2. Nível de escolaridade

() Não-alfabetizado

() Alfabetizado

() Ensino fundamental

incompleto() Ensino fundamental
completo

() Ensino médio

incompleto() Ensino
médio completo

() Ensino superior

incompleto.() Ensino superior
completo

2.2. Você estuda?

2.3 Em caso negativo gostariam de estudar ou voltar a estudar? Se sim, por qual motivo
nãoestuda?

3 - TRABALHO E RENDA

3.1 Já trabalhou? Se sim, quando iniciou?

3.2 Além da atividade no empreendimento econômico solidário, você desenvolve outras atividades econômicas? Caso sim, qual? Ainda em caso positivo, qual destas é sua principal ocupação?

3.3 Qual o valor de sua renda mensal?

3.4 Quantas pessoas contribuem com a renda familiar?

3.5 Quantas pessoas da sua família trabalham com a economia solidária?

4. PERFIL DO EMPREENDIMENTO

4.1 O que motivou a criação do empreendimento?

4.2 Quantidade média de participantes?

4.3 Quanto ao gênero, a maioria é formada de:

Homem

Mulher

5. A ASSOCIAÇÃO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO

5.1. Quando e como surgiu a Associação?

6. Qual é a atividade coletiva realizada pelo empreendimento? Produção

Comercialização

Uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes,

lojas) Uso de equipamentos (máquinas, ferramentas)

outros

7. Qual o principal produto produzido?

8. Como é feita a comercialização dos produtos ou serviços?

9. Como o (a) senhor (a) começou a participar da associação?

10. Por que resolveu participar da associação?

11. Você participou de alguma palestra, encontro, reunião na busca de maior qualificação para sua atuação nos trabalhos desenvolvidos pela associação?

12. Considera que sua vida mudou de alguma forma depois que você passou a fazer parte da associação? Caso sim, comente um pouco sobre estas mudanças.

13. Quais suas maiores conquistas após começar a participar da associação?

14. Quais os maiores desafios que a associação enfrenta atualmente?

15. Onde são comercializados os produtos? E como são comercializados?

16. A associação tem parcerias com órgãos e/ou instituições públicas ou privadas? Caso sim, com quais?

17. Que instituições se fizeram mais presentes no apoio as atividades desenvolvidas pela associação?

18. Considera que a participação na associação contribuiu com seu desenvolvimento pessoal?

19. Você acha que a associação contribuiu com o desenvolvimento local da região na qual está situada? Caso sim, de que maneira?

20. Existe alguma dificuldade na aquisição da sua principal matéria prima? Qual?

GESTÃO

- 21.** Quais são as formas de participação dos sócios (as) nas decisões?
- 22.** Qual a área de atuação do empreendimento em ações sociais ou comunitárias como?
- 23.** Qual o tipo de iniciativa do empreendimento voltado à qualidade de vida do consumidor?

Assinatura do Entrevistado

ANEXOS 2

